


**UMA CORTINA DE FUMAÇA ESCONDE A CONDIÇÃO DOCENTE E DISCENTE DESDE
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM 2017 NO RIO GRANDE DO SUL**

**A SMOKE SCREEN HIDES THE CONDITION OF TEACHERS AND STUDENTS SINCE
THE 2017 HIGH SCHOOL REFORM IN RIO GRANDE DO SUL**

**UNA CORTINA DE HUMO OCULTA LA SITUACIÓN DE PROFESORES Y ALUMNOS
DESDE LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN 2017 EN RIO GRANDE
DO SUL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-229>

Data de submissão: 19/10/2025

Data de publicação: 19/11/2025

Mariângela Bairros

Professora

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: mmbairros@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2045-6676>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4524167011577525>

RESUMO

Este texto tem por objetivo cotejar por um lado a narrativa da Secretaria de Educação, por outro apresentar os números oficiais, que desvelam a realidade educacional no Estado do Rio Grande do Sul. Apresenta um histórico das reformas recentes do ensino médio e a dualidade nesta relação professor-aluno, sendo que esta reforma responsabilizou somente estes dois segmentos. Para uma reforma de tal monta, antes, o RS, de forma organizada, precisava ter feito reformas nas escolas, equipando com laboratórios de informática de ciências, de história, de cinema, teatro, dança, uma escola inclusiva. Ainda em 2025 acompanhamos escolas sem internet, sem laboratórios de ciências, menos ainda de informática. Conforme dados da Secretaria Estadual da Fazenda do RS, apresentava em 2016 o montante de 11,634,84 milhões, e em 2023 11.035,60 milhões (dados SEFAZ/RS), ou seja, os recursos executados pela secretaria diminuiriam, não houve investimentos. A metodologia utilizada neste texto é de cunho quantitativo, baseando-se em dados numéricos e estatísticos explorando bancos de dados oficiais para fundamentar o estudo da realidade do ensino médio no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: A Reforma do Ensino Médio. Professores e Alunos. Dados Oficiais. Realidade Educacional.

ABSTRACT

This text aims to compare, on the one hand, the narrative of the Secretariat of Education, and on the other, to present the official numbers that unveil the educational reality in the State of Rio Grande do Sul. It presents a history of recent high school reforms and the duality in this teacher-student relationship, where this reform placed the responsibility solely on these two segments. For a reform of such magnitude, the RS, in an organized manner, needed to have first implemented reforms in the schools, equipping them with computer, science, history, cinema, theater, and dance labs, creating an inclusive school. Even in 2025, we still see schools without internet, without science labs, much less computer labs. According to data from the State Secretariat of Finance of RS, the amount presented was 11,634.84 million in 2016, and 11,035.60 million in 2023 (SEFAZ/RS data), meaning the

resources executed by the secretariat decreased; there were no investments. The methodology used in this text is quantitative, based on numerical and statistical data, exploring official databases to support the study of the reality of high school education in Rio Grande do Sul.

Keywords: High School Reform. Teachers and Students. Official Data. Educational Reality.

RESUMEN

El objetivo de este texto es, por un lado, contrastar la narrativa de la Secretaría de Educación y, por otro, presentar las cifras oficiales, que revelan la realidad educativa en el estado de Rio Grande do Sul. Presenta un historial de las recientes reformas de la enseñanza secundaria y la dualidad en la relación profesor-alumno, ya que esta reforma responsabilizó únicamente a estos dos segmentos. Para una reforma de tal envergadura, antes, RS, de manera organizada, necesitaba haber realizado reformas en las escuelas, equipándolas con laboratorios de informática, ciencias, historia, cine, teatro, danza, una escuela inclusiva. Todavía en 2025 vemos escuelas sin internet, sin laboratorios de ciencias, y mucho menos de informática. Según datos de la Secretaría Estatal de Hacienda de RS, en 2016 se presentó un importe de 11 634,84 millones, y en 2023 de 11 035,60 millones (datos SEFAZ/RS), es decir, los recursos ejecutados por la secretaría disminuyeron, no hubo inversiones. La metodología utilizada en este texto es de carácter cuantitativo, basada en datos numéricos y estadísticos que exploran bases de datos oficiales para fundamentar el estudio de la realidad de la enseñanza secundaria en Rio Grande do Sul.

Palabras clave: La Reforma de la Enseñanza Secundaria. Profesores y Alumnos. Datos Oficiales. Realidad Educativa.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é realizar um levantamento de dados contemplando uma análise que considere a relação entre docentes e discentes, no âmbito do RS. O ensino médio que teve sua reforma iniciada a partir de 2017 com a Lei 13.415 de fevereiro de 2017, deu início a um atravessamento nesta relação aluno-professor. Ao longo do texto buscamos estabelecer essa dualidade.

O ensino médio da atualidade originou-se de uma medida provisória, a 746/2016 que resultou na Lei 13.415/2017. O que isso diz sobre direito à educação para os jovens? A atual reforma que nasce da medida provisória, teve força de lei logo de início. Quando um governo edita uma Medida Provisória sem consultar educadores, pesquisadores, entidades e associações ligadas à educação, faz uma opção. (KUENZER, 2022) E esta foi comprometida com o setor privado e com o retrocesso, também é importante sublinhar que a reforma de 2017 veio logo após um golpe. Defendemos que não havia necessidade de uma reforma do ensino médio no Brasil (RAMOS, 2021).

Registramos que em um período muito breve tivemos em 2024 a reforma da reforma, agora com a Lei 14.945 de 2024. Esta nova legislação foi aprovada em função do conjunto de críticas que havia sobre a reforma iniciada em 2017. Disciplinas como sociologia, filosofia, história, artes foram retiradas do currículo, aparecendo, na grande maioria das escolas, com um período nos três anos de estudos. A qualidade do ensino ficou ainda mais precarizada. Até o momento o ENEM, Exame Nacional de EM não foi alterado. A partir de 2021 no RS foram criadas 24 trilhas, ou seja, novas disciplinas que deveriam ser trabalhadas pelos professores, não necessariamente com a formação adequada. O encaminhamento da Secretaria Estadual de Educação foi, *“ajustem aos perfis dos professores”*, quando podia, a escola fazia, caso contrário não era possível. Isto não é sério!

Iniciamos este debate com as metas do PNE – Plano Nacional de Educação que estabeleceu para a década 2014-2024, com prorrogação agora para dezembro de 2025. A meta 3 do PNE trata da elevação da taxa de matrículas para 85% até 2024. A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) busca garantir a oferta de educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, atendendo a pelo menos 25% dos estudantes da educação básica, com uma jornada mínima de 7 horas diárias.

A política pública educacional PNE – Plano Nacional de Educação, apenas com essas duas metas já poderia ser previsto a magnitude desta reforma de ensino médio, que deveria envolver uma organização em nível nacional, de escolas, docentes e estudantes, contudo não foi isso que vimos na prática e no dia a dia das escolas.

Se políticas públicas buscam atender demandas, necessidades e dificuldades, ou, ainda, podem ser resultantes de decisões tomadas pelos formuladores de políticas, notadamente os governos, no contexto de um determinado projeto de sociedade, podemos afirmar a seguinte premissa:

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o “o que o governo escolhe fazer ou não” (SOUZA, 2005, p. 4).

Assim, as políticas públicas são a própria atividade política de um governo na definição de prioridades, alocação de recursos, detalhamento de ações, nível de atuação e abrangência, acompanhamento e avaliação. Desta forma, podemos dizer que políticas educacionais se orientam para resolver questões e problemas educacionais. Desta forma, a necessidade de reforma de uma etapa tão importante da educação básica, deveria ter partido não de uma medida provisória, mas de um profundo diagnóstico e escuta de docentes e discentes.

A reforma do ensino médio no Brasil inaugurou uma nova etapa na história recente do Brasil. A era de uma política – a reforma do ensino médio - descomprometida com os filhos das classes menos favorecidas economicamente. A reforma trouxe um aprofundamento da exclusão social, pois introduziu novos arranjos que colocaram a responsabilidade “desta arquitetura” sobre estudantes e professores.

Para uma reforma de tal monta, antes, o Brasil, de forma organizada, precisava ter equipado as escolas com laboratórios de informática de ciências, de história, de cinema, teatro, dança, uma escola inclusiva. Ainda em 2025 acompanhamos escolas sem internet, sem laboratórios de ciências, menos ainda de informática. Conforme dados da Secretaria Estadual da Fazenda o montante em milhões em 2016 era de 11,634,84, em 2023 baixou para 11.035,60 (dados SEFAZ/RS), ou seja, os recursos executados pela secretaria diminuíram, não houve investimentos.

Juntamente com a reforma inúmeras disciplinas foram criadas, que até a reforma inexistiam, passaram a ser obrigatórias de um ano para outro. Destacamos projeto de vida, educação financeira, empreendedorismo, dentre inúmeras outras. A reforma foi posta em prática sem a formação anterior e adequada ao novo processo de ensino nas escolas, sempre com um viés e uma concepção privatista, voltado aos valores do mercado, ou formar para uma mão de obra para trabalhos subalternos ou para ser um empreendedor de si mesmo. Essa é a palavra da moda no Brasil, empreendedorismo.

A reforma do ensino médio provocou uma inversão das demandas reais na educação básica, a realidade é que os jovens das periferias das grandes cidades e que estão no ensino médio, necessitam trabalhar. Os jovens que frequentam as escolas de educação básica, muitos deles, na sua maioria, são arrimo de família, tem um conjunto de dificuldades econômicas. O que estava e está em debate é a realidade injusta e desigual no Brasil, não uma reforma de tempo integral sem políticas públicas voltadas para esses jovens, professores e suas escolas. Construímos ao longo das últimas décadas uma radiografia com dados que foram ao longo do tempo identificando onde estavam os nós, onde estavam as dificuldades para os jovens do ensino médio, a reforma não utilizou este histórico, não ouviu os envolvidos, esconde os problemas, mais que isso, é descomprometida com as juventudes.

O discurso que defende a “reforma do ensino médio” urgente, fortemente, por medida provisória, suprime o debate social e a manifestação democrática. Os principais argumentos justificadores são nitidamente de caráter ideológico e de viés neoliberal, apoiando-se sobretudo em três aspectos: crítica ao assim denominado currículo atual e, consequência, na necessidade premente de sua substituição por outro flexível, enxuto e dinâmico: na proposição do estabelecimento de itinerários formativos diferenciados no EM, de forma a “valorizar a escolha” dos estudantes para aquele itinerário que mais satisfaça, concedendo-lhe o chamado “protagonismo juvenil”, no estabelecimento da escola de tempo integral (MOURA, FILHO, 2017, p.119).

Nesta implementação da reforma do ensino médio cabe retomar a falácia da escolha dos jovens, estes escolhem dentro do que a escola conseguir se organizar e ofertar. Não procede que o aluno escolhe. Se o estudante optar por um itinerário que não está disponibilizado, não pode escolher. Falta estrutura nas escolas para essas “escolhas”. Faltam políticas públicas para impulsionar o protagonismo juvenil, faltam investimentos, formação para os professores e uma remuneração digna. Os baixos salários obrigam professores trabalhar em diferentes profissões para seu sustento, esta é a dura realidade do ensino médio. Não existe escola da escolha, sem escolas bem equipadas e com grandes investimentos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste texto é de cunho quantitativo, baseando-se em dados numéricos e estatísticos explorando bancos de dados oficiais para fundamentar o estudo da realidade no Rio Grande do Sul. O objetivo com este levantamento é mostrar através de números que descortinam a realidade estudada.

Uma coisa é a narrativa que fala em investimento, em educação de qualidade, em prover a rede com professores, outra coisa são os números que comprovam que os professores contratados chegam

quase 60%, precisamente 58,7 de terceirizados, segundo dados do Censo Escolar, (INEP/MEC). A rede é composta em sua maioria por professores com contrato temporário.

Com esta metodologia pretendemos demonstrar que os números servem para abrir a cortina de fumaça, pois a realidade fica envolta em uma névoa que é a da narrativa, no discurso oficial cabe qualquer coisa. Os números, entretanto, desvelam a falsa narrativa.

3 UMA CORTINA DE FUMAÇA ESCONDE A REALIDADE DOS PROFESSORES E ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.

Na medida em que a reforma era implementada, as contradições foram aflorando, ao contrário de estruturação assistiu-se uma desorganização que comprometeu ainda mais a aprendizagem dos alunos. O que se observou da lei 13.415/2017 até a aprovação da lei de “reestruturação” do ensino médio 14.945/2024, foi que por trás desta aprovação havia uma avaliação do quanto esta reforma de 2017 foi atrapalhada, aligeirada e, com isso, desmontou a estrutura do ensino médio, e a partir daí deteriorou-se ainda mais.

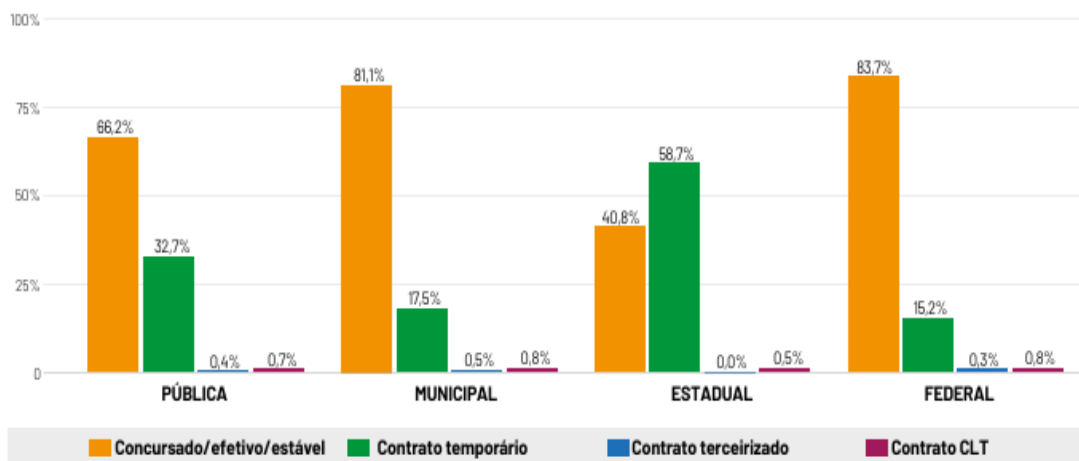
Quando da aprovação da 14.945/2024 os argumentos para aprovação da referida lei era de que houve uma oferta desigual entre os diferentes Estados e baixa qualidade nos itinerários formativos. A necessidade de ampliação da carga horária da formação geral básica, voltando a garantir disciplinas como História, Filosofia, Sociologia, artes, que agora são obrigatórias em todos os anos do ensino médio. Posto isso podemos afirmar que a reforma a partir da MP 746/2016 mais do que uma proposta era um projeto de aprofundamento do esvaziamento da escola pública, da precarização da oferta de ensino para os estudantes, da desvalorização do trabalho docente.

Queremos jogar luz sobre um dado que tem o maior impacto dentro do ensino médio, o jovem estudante é também um jovem trabalhador, precisa trabalhar e por isso acabam por abandonar os estudos.

No RS, em 2023 a evasão no Ensino Médio era de 8,9%, um número 2,34 vezes maior que a média nacional de 3,8%. O Censo Demográfico de 2022 indicam que 14,1% dos jovens de 15 a 17 anos no RS estavam fora da escola. O desinteresse pelos estudos também é um fator relevante, a escola não consegue estabelecer uma aproximação deste jovem com o ensino médio.

A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do RS traz uma radiografia muito clara e que ultrapassa a cortina de fumaça criada para escamotear a realidade da educação no RS. Os gráficos a seguir foram todos organizados pela Comissão de Educação, a partir de dados do Censo escolar, INEP/MEC, IBGE. Este importante estudo nos apresenta um conjunto de dados comparativos que contribuem para descortinar a realidade educacional no RS.

Gráfico 1 – A diferença entre professores contratados e concursados.
Percentual de docentes por forma de contratação segundo a rede pública de ensino
- Educação Básica - Rio Grande do Sul - 2023

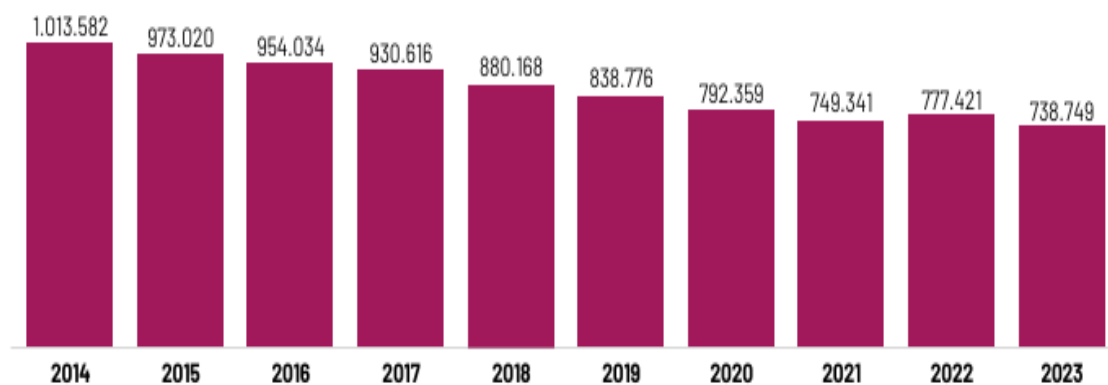


Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC) 2023

Fonte. Caderno Observatório da Educação Básica do Rio Grande do Sul, 2024.

Na rede estadual o índice chega a quase 60% de professores com contratos temporários. Retomamos aqui o artigo 37 da Constituição Federal de 1988 que orienta que a principal entrada no serviço público, especificamente em seu inciso II, estabelece a necessidade de concurso para assumir um cargo público. Temos acompanhado sistematicamente o desrespeito com a CF – 1988.

Gráfico 2 – Taxa de matrículas na educação básica no RS.
Evolução da matrícula por rede de ensino - educação básica - rede estadual - Rio Grande do Sul - 2014 - 2023



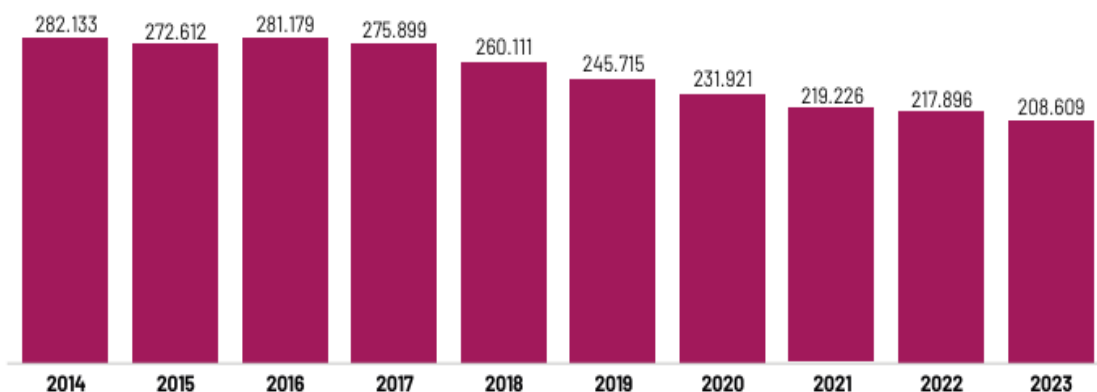
Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC) 2023

Fonte. Caderno Observatório da Educação Básica do Rio Grande do Sul, 2024.

O que observamos através dos números na série histórica de 2014 a 2023 é a redução persistente da oferta de matrículas na educação básica.

Gráfico 3 Matrícula ensino fundamental, anos finais.

Evolução da matrícula por rede de ensino - ensino fundamental - anos finais
- rede estadual do Rio Grande do Sul 2014-2023



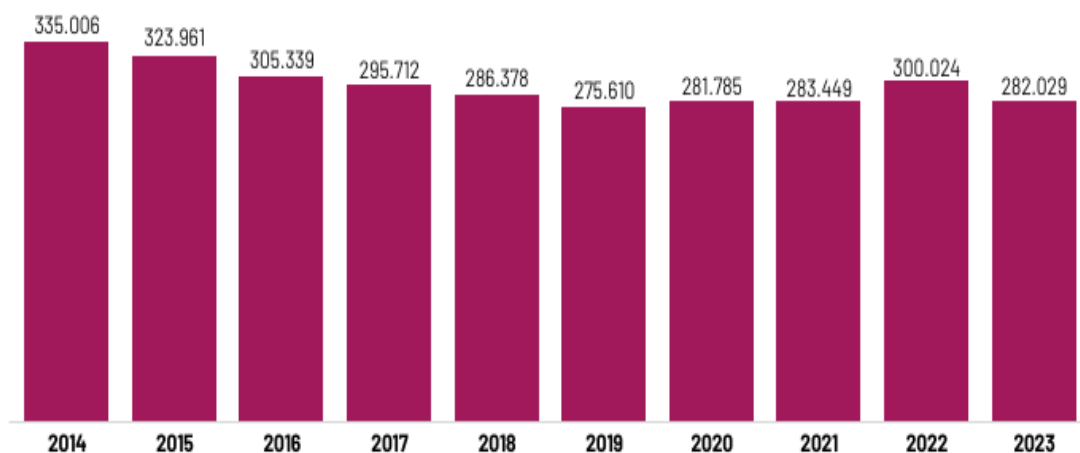
Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC) 2023

Fonte. Caderno Observatório da Educação Básica do Rio Grande do Sul, 2024.

Neste gráfico fica ainda inequívoco a redução da oferta de matrícula dos anos finais do ensino fundamental. Em 2014 inicia com 282.133 mil estudantes e encerra 2023 com 208.609 mil, um encolhimento da rede.

Gráfico 4 – Quanto as matrículas do ensino médio.

Evolução da matrícula por rede de ensino - ensino médio
- rede estadual do Rio Grande do Sul 2014-2023



Fonte: Censo Escolar (INEP/MEC) 2023

Fonte. Caderno Observatório da Educação Básica do Rio Grande do Sul, 2024.

O ensino médio é de responsabilidade dos governos estaduais, conforme a legislação federal, com isso poderíamos afirmar que as matrículas do ensino fundamental não são de competência do

Estado, mas e as do ensino médio? As matrículas do ensino médio estão encolhendo. Passaram em 2014 de 335.006 mil para 282.029 mil em 2023, logo a rede não ampliou as vagas no ensino médio.

Quadro 1 – Quanto a aprovação, reprovação e abandono dos estudantes do ensino médio.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Reprovação	17,2	18,9	21,2	21,7	22,2	17,2	1,0	0,9	8,9	10,6
Abandono	9,0	8,1	7,5	8,4	8,4	6,3	7,1	11,1	11,1	8,9
Aprovação	73,8	73,0	71,3	69,9	69,4	76,5	91,9	88,0	80,0	80,5

Fonte: INEP - Censo Escolar 2023

Fonte. Caderno Observatório da Educação Básica do Rio Grande do Sul, 2024.

Na série histórica de 2014 a 2023 dentre os alunos matriculados houve pequena redução do abandono, igualmente na reprovação e a aprovação cresceu.

Quadro 2 – Distorção idade/série.

Etapa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Anos Iniciais do EF	15,6%	14,5%	14,2%	13,2%	12,8%	12,8%	12,2%	7,7%	5,6%	6,5%
Anos Finais do EF	34,5%	34,8%	34,2%	34,9%	34,2%	33,6%	33,5%	29,4%	25,2%	20,9%
Ensino Médio	29,5%	29,4%	33,7%	36,5%	38,1%	33,4%	33,9%	29,6%	29,0%	26,5%

Fonte: INEP - Censo Escolar 2023

Fonte. Caderno Observatório da Educação Básica do Rio Grande do Sul, 2024.

A distorção idade/série é quando o aluno tem uma defasagem de 2 anos entre a idade/série que ele deveria estar cursando, considerando a que ele frequenta efetivamente. Neste quadro podemos ver uma leve diminuição da distorção relativa ao ensino médio. Em 2014 29,5% e em 2023 26,5%.

Quando falamos em cortina de fumaça é porque uma coisa é a narrativa sobre o aprofundamento educacional, outra, o que os números evidenciam. A rede estadual do RS vem reduzindo drasticamente, mas o discurso propagado é de expansão, melhorias.

4 DE QUE JUVENTUDES FALAMOS?

Qual é o lugar deste jovem, como ele se pensa, quais são os seus desafios, limites e possibilidades, isso pode nortear um ensino médio comprometido com o direto à educação, à escola e a cultura juvenil. Primeiro constituir uma noção de juventude, sem isso a reforma não se sustenta.

Os jovens aparecem sempre pensando em um futuro, relacionado com o econômico e na esfera individual. Para esses jovens esse futuro depende apenas deles e de seus esforços para superar os obstáculos que aparecerem numa evidente defesa e valorização da meritocracia. Romantizam a pobreza, romantizam as ações pessoais e individuais e fazem esses jovens refletirem a ideia meritocrática de que com seu esforço pessoal conseguirão superar os limites impostos. (BALDO, SEVERO, GARCIA, PINHEIRO, 2022, p.184).

Como jovens de periferia, que lutam cotidianamente para sobreviver vão empreender? Educação financeira para jovens que não sabem se terão suas necessidades básicas supridas é a romantização dos projetos de vida e de empreendedorismo.

O projeto *escola da escolha* voltado para os jovens do ensino médio visa ajudar os estudantes a elaborarem narrativas sobre si mesmos e a lidarem com os desafios do mundo contemporâneo. Como uma escola desequipada, sem internet, infraestrutura, faltando professores pode fazer os jovens se conectarem com os desafios do futuro, isto é falacioso.

A defasagem entre as aspirações produzidas pelo sistema escolar e sua oferta concreta de oportunidades é, em uma fase de inflação dos diplomas, um fato estrutural que, em diferentes graus - segundo a raridade dos respectivos diplomas e segundo a origem social -, afeta todos os membros de uma geração escolar. (BOURDIEU, 1979, p. 135).

Recorremos a (BOURDIEU, 1979) que aprofundou estudos sobre formação educacional, origem social e aspirações que são produzidas no sistema escolar. As estratégias utilizadas em diferentes escolas, a partir de suas possibilidades, unicamente, acabam por reforçar diferenças sociais presentes no dia a dia, perpetuando um sistema desigual de acesso aos bens culturais, profissionais e de postos mais valorizados na sociedade.

Neste período do caminho em meio a um estar no limbo, não ser mais criança e ainda não ser adulto, são necessárias ferramentas que ajudem neste trajeto e no processo de amadurecimento sobre a vida, sobre futuro, e também do processo de reconhecimento social. Como experimentar, acertar e errar, sem alternativas para os jovens de periferia, que vivem em profunda carência de capital cultural e econômico.

Os dados que apresentamos a seguir expressam uma realidade de um mundo social no qual estes jovens estão inseridos. O Brasil é um país com uma imensa injustiça social, onde os que mais

sofrem são os jovens das periferias das grandes cidades, e onde isso impacta? Nos jovens que precisam trabalhar, nas jovens mulheres e, sobretudo, na população parda e preta.

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em 2023 no Brasil, 10,3 milhões de jovens (21,2%) não estudavam nem trabalhavam. Em comparação com o ano de 2022, houve uma redução de 4,9% no grupo "nem-nem".

Em relação ao RS, dentre os jovens de 15 a 29 anos, os dados mostram que em 2023, cerca de 44% trabalhavam e não estudavam, de acordo com o PNAD/IBGE. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, dentre os jovens de 15 a 29 anos, 21,8% trabalha e não estuda no Rio Grande do Sul. Nesta faixa etária, 12,6% não trabalha, nem estuda, 21,6% trabalha e estuda. O estado ainda não alcançou a meta de universalização do ensino médio.

A universalização do ensino médio ainda não foi alcançada no RS, pois 14% dos jovens de 15 a 17 anos estavam fora da escola em 2022.

A Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a taxa de frequência escolar líquida (adequação idade-etapa) no ensino médio deve ser de 85% até 2024. Em 2023, o RS estava a 10 pontos percentuais de atingir essa meta, com uma taxa de 75,0%. A média de anos de estudo para a população de 18 a 24 anos foi de 11,5 anos no RS em 2022.

Em 2022, o Censo do IBGE indicou uma taxa de frequência escolar bruta de 24,36% para a população do Rio Grande do Sul, a segunda menor do país, [conforme dados do IBGE Cidades](#). No entanto, a frequência para a faixa etária de 15 a 17 anos foi de 85,9%, segundo dados do Censo 2022, indicando uma alta frequência para o ensino médio.

A média de anos de estudo na educação básica no Rio Grande do Sul, considerando a população de 15 anos ou mais, é de 10,3 anos, de acordo com a Pnad Contínua de 2023 do IBGE. Este número é semelhante à média nacional de 10,1 anos e posiciona o estado entre os que têm maior escolaridade no país. Em relação ao Censo de 2022, a média de anos de estudo para pessoas com 11 anos ou mais foi de 9,9 anos no estado.

Considerando todos estes números, a realidade da educação no RS é de grandes desafios. A média de anos de estudo para a população de 18 a 24 anos foi de 11,5 anos no RS em 2022. A meta 3 do PNE não foi alcançada, igualmente a meta 6.

A taxa de frequência escolar bruta de 24,36% para a população do Rio Grande do Sul, é a segunda menor do país.

O que não foi contemplada nesta reforma? Primeiro ouvir os jovens, tampouco considerando que jovens a partir dos 15 anos estão em um período de transição, deixando de ser criança e passando a caminhar em busca de ser um jovem, ainda adolescente e depois um jovem adulto. É um período

extremamente difícil, ainda que já tenha que migrar para o mundo do trabalho, mas segue em busca de uma identidade. E nesta construção da identidade várias conexões se articulam, família, escola, grupo de amigos, grupos do bairro, dentre outros. Um dos pontos que os professores se manifestam diz respeito ao modo de agir dos estudantes do ensino médio, são características comuns como a rebeldia, as roupas largas, tatuagens, piercings, tudo isso buscando sua identidade social.

Estamos vivendo em um momento de transformação permanente e acelerada no mundo e a reforma tem que considerar todas estas mudanças, a tecnológica, inteligência artificial, a climática, migrações, tudo isso impacta o cotidiano da escola de educação básica, mais ainda os jovens do ensino médio.

Outro debate a ser retomado é o da organização estudantil através dos grêmios estudantis. Conforme dados da Campanha Nacional pelo direito à Educação em 2023, apenas:

12,3% das escolas públicas do Brasil têm grêmios estudantis, mas há significativa disparidade regional, com o Sudeste apresentando 22,9% e o Norte apenas 3,2%. Escolas com maioria de alunos negros têm menos grêmios em comparação com a média nacional. Isso se observa tanto no cômputo nacional (8,2% frente a 12,3%) quanto nas regiões do Sudeste (16,4% frente a 22,9%), Sul (12,8% frente a 16,9%) e Centro-Oeste (6,6% frente a 7,2%). Escolas do campo, indígenas e quilombolas com associações de pais ou conselhos escolares são mais propensas a terem grêmios estudantis, possivelmente devido a fatores relacionados à gestão democrática e a características específicas das escolas. Nas escolas urbanas, essa correlação é menor. O mapeamento mostra que as escolas que já possuem conselho escolar ou associação de pais e mestres têm maiores chances de possuírem grêmios estudantis. Entre as etapas de ensino, o Ensino Médio tem larga vantagem entre as demais. A chance de ter grêmios estudantis nessa etapa é 220 vezes maior do que a de escolas que atendem apenas a Educação Infantil; cerca de 2 vezes maior do que as escolas que têm os Anos Finais do Ensino Fundamental como a etapa mais avançada e cerca de 7 vezes maior em relação aos casos dos Anos Iniciais da etapa. (<https://campanha.org.br/>, 2023).

Esses dados nos falam de muitas coisas, a falta de espaços de organização estudantil dentro das escolas, de pouco ou nenhum espaço de dar voz aos jovens estudantes, pouca tradição de exercício democrático.

Outro importante diagnóstico que os dados revelam é que sendo a gestão democrática com conselhos escolares e, incentivando a participação da comunidade escolar, planejamento coletivo, contribui significativamente para ações de fortalecimento de posturas democráticas tanto dentro da escola como fora dos muros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme RIBEIRO (1977), "*A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto*". A realidade da implementação da reforma no RS é que esta foi jogada sobre os professores e alunos. Ambos foram forçados de um ano para o outro, a se reorganizarem, os professores, em disciplinas que

não eram de sua formação inicial, alunos tiveram que inventar um projeto de vida completamente descolado de suas realidades, pois a condição econômica não foi considerada, apenas dizem, façam um projeto de vida.

A falácia da escola da escolha que afirma usar diferentes metodologias e reorganiza o espaço pedagógico para estimular a participação e o protagonismo dos estudantes, especialmente em habilidades como produção textual e argumentação, outro momento é o do acolhimento aos alunos. Este não é um projeto de vida, pois esquecem que o acolhimento se dá com uma escola que construa coletivamente um projeto político pedagógico, ouvindo todos da comunidade escolar. O que vemos nas reformas é o mesmo do mesmo, é aquilo que a escola sempre fez, mas agora realizado através de institutos privados dentro da educação no RS.

Fica fortemente evidenciado pelos números, que, mesmo com a dupla reforma do ensino médio em um período tão curto, explicitou-se que ainda não alcançamos nosso objetivo que é ter um ensino médio que considere a condição docente e discente neste processo.

O Governo do Estado RS tem um projeto que é o de não considerar os verdadeiros motivos que levaram ao fracasso da lei 13.415 de 2017. Por um lado, a sobrecarga dos professores, os baixos salários a cobrança desleal dos docentes, como se eles fossem os únicos responsáveis pelo ensino médio.

Por outro lado, a incapacidade de o Estado entender que a juventude que nos relacionamos mudou, não é a mesma da década de 1960, 1970, 1980. O mundo mudou nestas últimas décadas e os jovens, também. Então, a reforma não foi capaz de entender isso, e segue errando com a lei 14.945/2024.

Ainda falta registrar a falta de investimentos na qualificação dos espaços escolares, que seguem os mesmos das décadas de 1960, 1970, 1980! Temos escolas sem internet, sem possibilidade de usar os computadores que receberam de diferentes fontes.

O que podemos afirmar, sem medo é que as reformas erraram, fizeram o mesmo do mesmo, ou melhor, retrocederam na possibilidade de construir um projeto diferenciado.

E, finalmente, com tudo isso, a relação entre docentes e discentes segue tensionada, não por eles, mas pelo projeto de desmonte que seguiu com as reformas. A grande verdade é que a reforma foi uma falácia e, continua sendo.

A cortina de fumaça que esconde a condição docente e discente desde a reforma do ensino médio em 2017, no Rio Grande do Sul, exige a constante e agudo acompanhamento.

REFERÊNCIAS

BALDO, Ana Maria; SEVERO, Rita. GARCIA, Elisete Bernardi, PINHEIRO, Ana Paula. NUNCA ME SONHARAM: JUVENTUDES DAS CLASSES POPULARES, MERITOCRACIA, ACESSO UNIVERSITÁRIO E TRABALHO, IN: JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO. PRATES, Daniela, et al, organizadoras. 1^ª edição. Porto Alegre, Cirkula, 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA CONCEPÇÃO AMEAÇADA PELO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. In: BAIRROS, Mariângela. MARCHAND, Patrícia. (org.) A EDUCAÇÃO BÁSICA TEM FUTURO? PORTO ALEGRE: CIRKULA, 2022.

MAPEAMENTO DE GRÊMIOS ESTUDANTIS NO BRASIL. Acesso em:

<https://campanha.org.br/gremios/mapeamento-de-gremios-estudantis-no-brasil/>

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: REGRESSÃO DE DIREITOS SOCIAIS. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760>

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2024.

RAMOS, Marise. DO “NÓ DO 2º. GRAU” AO ULTRACONSERVADORISMO DA ATUAL POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ATUALIDADE E URGÊNCIA DO PENSAMENTO DE DERMEVAL SAVIANI. IN: Revista Trabalho Necessário. V. 19, nº 39, 2021.

RIBEIRI, Darci. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC), 1977.

SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA.

DISPONÍVEL EM:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgFSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>